

A POLIFUNCIONALIDADE DO VERBO *PRECISAR*: CONTRIBUIÇÃO PARA UMA ANÁLISE SEMÂNTICA E PRAGMÁTICA EM CONTEXTOS ORAIS EM LÍNGUA PORTUGUESA

THE MULTIFUNCTIONALITY OF THE VERB *TO NEED*: A CONTRIBUTION TO A SEMANTIC AND PRAGMATIC ANALYSIS IN ORAL CONTEXTS IN THE PORTUGUESE LANGUAGE

Bonifácio Ernesto Guilundo



Universidade Save

RESUMO

O presente trabalho integrado na Sintaxe e Semântica do Português (SSP) visa descrever os usos do verbo *precisar* em contextos orais do uso da Língua Portuguesa. Partindo da convicção de que o significado de uma determinada unidade lexical é relacional, ou seja, só é delimitável dentro de um contexto, o trabalho discute as diversas ocorrências do verbo *precisar*, começando pela sua disposição dentro da frase, suas propriedades de regência e recorrendo em torno dos seus usos pragmáticos e/ou valores discursivos. No sucedimento da pesquisa, os dados foram recolhidos, por um lado, mediante uma produção oral provocada e, por outro lado, a partir de uma revisão documental e posteriormente analisados em função dos ditames da análise do conteúdo. Feita a análise dos dados, percebeu-se que vários são os valores inerentes ao verbo *precisar* e que estes incluem necessidade, ordem ou recomendação e pedido ou solicitação. Ademais, concluímos que a interpretação da sua carga semântica nestes moldes não depende apenas da disposição a nível da frase e do contexto de comunicação, mas também das relações sociais entre os interlocutores envolvidos no ato de comunicativo.

PALAVRAS-CHAVE

Palavras.



Este trabalho está sob a Licença Creative Commons – CC - BY 4.0

- Recebido: 19/06/2026
- Aprovado: 17/07/2026
- Publicado: 01/10/2026

COMO CITAR:

GUILUNDO, B. E. A Polifuncionalidade do verbo *precisar*: Contribuição para uma análise semântica e pragmática em contextos orais em Língua Portuguesa. **Enlaces**, v. 6, 2026. DOI: 10.55847/217p3a80. Disponível em: https://publicacoes.ifba.edu.br/enlaces/pt_BR/article/view/1432. Acesso em: 01out. 2026.

ABSTRACT

This work, integrated into the Syntax and Semantics of Portuguese, aims to describe the uses of the verb “to need” in oral contexts of the Portuguese language. Starting from the conviction that the meaning of lexical units is relational or is not only outlined within a context, the work discusses the various occurrences of the verb “to need” from its placement in the structure of the sentence, properties, its pragmatic uses and discursive values. During

the research, the data collected through a prompted oral production and from documental review and subsequently analysed according to the content analysis method. After examining the data, it was observed that several meanings are inherent to the verb “to need” including necessity, order or recommendation, and request or solicitation. Additionally, we concluded that the interpretation of its semantic properties in this way depends not only on the structure of the sentence, but also on the social relations between the interlocutors involved in the communicative act.

KEYWORD

To need. Speechh context. Discursive value.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem como título *A polifuncionalidade do verbo precisar: contribuição para uma análise semântica e pragmática em contextos orais em Língua Portuguesa*. Sabe-se que a sintaxe não é autônoma: uma estrutura frásica é definida pelas relações entre as unidades lexicais ou pelas relações sintagmáticas dentro da estrutura. Assim, é necessário considerar não apenas a combinação das unidades que formam a estrutura, mas também as relações semânticas e pragmáticas dessas combinações.

No caso do verbo *precisar*, é possível notar várias especificidades no português oral, tanto em contextos formais quanto informais. Aliás, nos variados usos da Língua Portuguesa, esse verbo é empregado de diferentes maneiras pelos falantes em diversos atos de comunicação. Nesses moldes, o conteúdo semântico que ele carrega varia conforme o contexto, afetando inevitavelmente a decodificação e/ou interpretação da mensagem que o locutor deseja transmitir. Assim, este trabalho propõe-se a estudar os diversos usos do verbo *precisar*, tanto literais quanto pragmáticos, olhando, nesta perspectiva, para o sentido como sendo resultado das intenções que lhe dão corpo.

Superficialmente, o verbo em questão é usado em situações em que o locutor quer expressar ao seu interlocutor uma ideia de necessidade de algo que lhe falta. Porém, uma visão aprofundada sugere que, em outros contextos, as significações do verbo *precisar* são pragmáticas, dependendo dos objetivos do falante e da percepção do ouvinte.

Alguns trabalhos nesse âmbito observam que a mensagem transmitida por um locutor não está na forma, mas sim no conteúdo. Contudo, a título de exemplo, Luft (2002) advoga que o verbo *precisar* possui várias modalidades de interpretação de acordo com a sua regência: intransitiva, transitiva direta e verbo transitiva indireta, sendo que as formas intransitivas e transitivas diretas são mais notáveis na variedade brasileira do português.

Assim, dentre outras particularidades, este trabalho envolve verdades universais subscritas nas relações entre a língua e os respectivos usos mediante os propósitos do falante. Tratando-se de uma pesquisa básica cujo modelo de abordagem é qualitativo e, por razões de organização do próprio trabalho, as nossas análises não se basearam em variáveis estatísticas, quer para delimitar o número de utentes nos quais foi notável um determinado fenômeno linguístico, quer para indicar a frequência de certos usos do verbo *precisar*.

Ainda nesse eixo, o estudo baseou-se nas teorias funcionalistas de Dik (1978), Halliday (1985) e Foley e Valin (1984), uma vez que, inseridas no domínio semântico-pragmático, as análises feitas consideraram as diversas ocorrências do verbo *precisar* sem levar em conta os preceitos estabelecidos pela norma culta da Língua Portuguesa. Observaram-se porém, as estruturas analisadas como um produto do agenciamento de funções inerentes às expressões e estruturas linguísticas.

2 O FUNDAMENTO DAS ABORDAGENS FUNCIONALISTAS ATUAIS

A teoria funcionalista enfatiza os papéis que se atribuem aos fenômenos em seus contextos mais amplos a partir da estrutura. As influências do funcionalismo são notáveis em diversos campos do saber, destacando-se na Sociologia, por exemplo, em que transfigurou na primeira metade do século XX, estudos inerentes a famílias, práticas culturais e elementos de uma sociedade, de forma geral. Na Arquitetura, o pensamento do americano Louis Sullivan (1856-1924), segundo o qual “a forma segue a função”, foi adotado pelos arquitetos para moldarem edifícios de acordo com os ambientes locais e os usos que as pessoas fazem desses edifícios.

Tanto na Sociologia quanto na Arquitetura, que constituem apenas exemplos de campos em que é notável a influência do funcionalismo, este não apenas integra, mas também considera a assimetria e a estrutura como resposta às demandas impostas por determinados contextos. Enfim, para os funcionalistas, a forma é definida pela função, no sentido de que o papel de um fenômeno, em um certo contexto, é que determina a sua estrutura interna.

Thomas (2020) advoga que em Linguística, o funcionalismo prioriza dados linguísticos e valoriza informações detalhadas, contextualizadas e registros do seu uso. Esse autor defende ainda que os funcionalistas procuram explicações fora da linguagem, sob a suposição de que as línguas são o que são em função das exigências da comunicação e cognição humana, ou por causa do ambiente externo (contexto cultural) em que a língua é usada. Nessa ótica, a tarefa central do funcionalismo é estabelecer a forma de interconexão entre os dados linguísticos com os propósitos e recursos cognitivos humanos.

Olhemos em seguida para a gramaticalização, um processo contínuo associado à mudança linguística e que ocorre em todas as línguas. Esse processo pode envolver qualquer tipo de função gramatical com objetivo de satisfazer as necessidades discursivas, atribuindo, portanto, funções gramaticais a itens lexicais. Assim, enquanto o funcionalismo for aplicado na gramaticalização, as unidades lexicais tendem a adquirir novas funções gramaticais em razão do contexto da sua ocorrência. Para os funcionalistas, a base para os estudos linguísticos é a utilização concreta da língua, sendo que a gramática é moldada em situações reais de comunicação, ou seja, do discurso.

Já que, para os funcionalistas, a linguagem é um instrumento de interação social, a situação real de comunicação deve determinar a estrutura e a função gramaticais, de tal modo que seja possível observar o comportamento comunicativo dos falantes e compreender de modo bastante aprofundado o funcionamento da linguagem.

A gramática é, pois, “o resultado da cristalização ou regularização de estratégias recorrentes, desenvolvidas no discurso”, defende Rocha (2014, p. 3866). Portanto, uma vez comprovado o polifuncionalismo do verbo *precisar*, que constitui o objeto de estudo

da presente pesquisa, vale realçar que as regras aplicadas no uso desse verbo são inteiramente baseadas na função e sem restrições puramente sintáticas. Para o desenvolvimento desse posicionamento, consideremos algumas abordagens funcionalistas atuais: o Modelo Funcional de Simon C. Dik, a Teoria Sistêmico-Funcional de Michael Halliday e a Gramática de Papel e Referência de William Foley e Robert Van Valin.

Em primeiro lugar, a teoria de Gramática Funcional elaborada por Dik (1978) procura integrar-se em uma teoria global da comunicação, estabelecendo “doutrinas” sobre a organização das línguas naturais. A hipótese da Gramática Funcional fundamenta-se na existência de uma relação entre os usos da língua (o funcional) e sua estrutura sistematizada (a gramática).

Dik (1978) observa que o sistema linguístico não é um conjunto autônomo de regras ou princípios e que seu uso é meramente secundário. O pensamento de Simon C. Dik ignora completamente as concepções da gramática estrutural que a considera como sendo influenciada pela semântica e pragmática, comprometendo-se desse modo a explorar a interação e a função da linguagem. Nessa vertente, as regras ou princípios que compõe o sistema linguístico só podem ser entendidos quando analisados em termos das suas condições de uso e que o estudo da pragmática precede o estudo formal e as propriedades semânticas das expressões linguísticas.

O funcionalismo de Dik (1978) ignora ainda a gramática estrutural por considerar que esta seja suscetível a falhas de dois modos: abstrato, que o autor considera forte demais, de tal modo que defina uma categoria gramática que exceda a categoria das línguas naturais, ou concreto ou fraco demais, a ponto de ser incapaz de apresentar descrições adequadas de línguas particulares.

Em segundo lugar, o funcionalismo de Halliday (1967) adota uma visão da linguagem fortemente orientada para o discurso, sem negar a realidade da estrutura na língua nem os fundamentos da linguística moderna de Ferdinand Saussure. A gramática sistêmica de Michael Halliday associa a interpretação funcionalista da linguística à “descrição sistêmica na qual a gramática toma a forma de uma série de estruturas sistêmicas, cada estrutura representando as escolhas associadas com um dado tipo de constituinte” (Neves, 1994, p. 116).

O modelo sistêmico-funcional de Halliday (1985) é simplesmente analítico e, para ele, as explicações exaustivas dos fenômenos linguísticos só podem ser encontradas nos usos da linguagem. Para esse linguista, a linguagem surgiu para satisfazer as necessidades humanas, razão pela qual a forma como está organizada é funcional em relação a essas necessidades, e não arbitrária.

Afinal de contas, uma gramática funcional é essencialmente “natural” e nela tudo se pode explicar com base em como a linguagem é usada. A partir da gramática, é possível organizar as escolhas em qualquer uso da língua. As diferentes ligações sistêmicas

codificam diferentes significados, relacionando-os às diferentes funções de linguagem. Por fim, Neves (1994) considera o modelo Halliday como altamente elaborado ao indicar distintas espécies de padrões que realizam os diferentes significados: lógicos, realizados por estruturas recursivas; experiências, concretizados por estruturas constituintes; interpessoais, por padrões prosódicos; e textuais, por padrões cumulativos.

Em terceiro lugar, a Gramática de Papel e Referência (RRG), proposta por Foley e Valin (1984), olha para a estrutura frásica de uma língua específica como sendo formulada a partir da sua conjuntura semântica e das funções comunicativas. Nessa teoria, as regras ou princípios gramaticais servem para a expressão dos significados pretendidos.

A RRG considera a linguagem como um sistema de ação comunicativa e analisar as funções comunicativas das estruturas gramaticais é de capital importância para a descrição gramatical. Na verdade, a estrutura gramatical só pode ser entendida em referência à sua carga semântica e a suas funções comunicativas. O funcionalismo de Foley e Valin (1984) é, assim, interessado em relações quer de coocorrência e combinação em termos estritamente formais, quer de coocorrência semântica e pragmática e de relações combinatórias.

3 OS USOS VERBAIS: UMA ABORDAGEM SINTÁTICO-SEMÂNTICA

Os usos verbais provocam uma série de questionamentos, quer no discurso oral, quer no discurso escrito. O estilo coloquial, por exemplo, suscita muitas dúvidas quanto ao uso de verbos na linguagem escrita. Teoricamente, os usos verbais podem ser categorizados de acordo com as relações sintático-semânticas que os verbos estabelecem com o argumento do primeiro grau (A_1), o sujeito, e com o argumento do segundo grau (A_2), o objeto ou complemento.

Na perspectiva de Ignácio (1996), a partir das relações com o argumento do primeiro grau, os verbos podem indicar:

- i. **Ação** – quando o sujeito é agentivo e instigador, com traços + controle, + causatividade. Ora vejamos:
 - (1) Diariamente, o João *faz* trabalhos da escola.
 - (2) Os estudantes *viajam* bastante em períodos de férias.
- ii. **Processo** – quando o sujeito é paciente, ou seja, é afetado pelo evento. Nesse caso, A_1 possui traços + experimentador, ou + beneficiário, ou + recetivo. Observem-se alguns exemplos:

- (3) Os meus pais *receberam* um convite de casamento.
- (4) A ministra *caiu* frente aos jornalistas.

iii. **Estado** – em que o sujeito é inativo e não podendo, em princípio, ser afetado pelo evento, com exceção de alguns verbos volitivos, epistêmicos, opinativos, sensitivos (*querer, saber, supor, adorar, etc.*), em que A₁ possui a função temática de experimentador. São alguns exemplos, os seguintes:

- (5) O povo *quer* que haja igualdade de gênero.
- (6) Ele *sabe* que a sua amiga é diplomata.
- (7) A Arminda *supõe* que o congresso seja no próximo mês.
- (8) *Adoro* o meu curso de mestrado.

Evidentemente, alguns marcadores situacionais são imprescindíveis para a identificação das relações sintático-semânticas inerentes à classificação do verbo. Observando alguns exemplos ilustrativos, cumpre considerar casos em que não se pode analisar apenas a relação entre o verbo e o A₁. Nessas situações, “será a partir da função pragmática que o verbo adquire no texto, que se haverá de fazer a sua descrição, pois é a partir daí que ele adquirirá o estatuto semântico de verbo de ação, de processo, de ação-processo ou de estado” (Ignácio, 1996, p. 124). Assim, um verbo classificar-se-á de diferentes formas, tanto ao nível da estrutura sintático-semântica, quanto à dimensão pragmática ou contextual.

3.1 USOS LITERAIS VS USOS PRAGMÁTICOS

Existem diferentes maneiras de usar os verbos para a comunicação, e a forma como são usados pode afetar significativamente a mensagem a ser transmitida. Em alguns casos, os verbos podem ocorrer com significados “originais” para transmitir informações sobre situações cotidianas. Em outros, os sentidos dos verbos podem depender do contexto e da intenção do falante. Trata-se de usos verbais distintos nos quais o primeiro caso é inerente aos usos literais e o segundo, aos usos pragmáticos.

Quanto aos usos literais dos verbos, estes dizem respeito ao emprego dos verbos com significados básicos que descrevem ações, processos ou estados de maneira direta e real, sem quaisquer figuras de linguagem. Portanto, os usos literais dos verbos condicionam o significado literal da frase ou enunciado, tal como avança Searle (1979, p. 117):

O significado literal de uma sentença é inteiramente determinado pelos significados das palavras (ou morfemas) que a compõe e pelas regras sintáticas segundo as quais os elementos frásicos são combinados. Uma sentença pode ter mais de um significado literal (ambiguidade), ou seu significado literal pode ser ininterpretável (absurdo). É preciso distinguir claramente o significado literal de uma sentença daquilo que o falante quer dizer com ela ao proferi-la, pois o significado pretendido pelo falante pode divergir do significado literal de diversas maneiras. (Searle, 1979, p. 117, tradução nossa).

Se o significado da frase ou do enunciado é determinado pela carga semântica dos morfemas e pelas regras sintáticas de sua combinação, é importante referir que a frase é um conjunto de palavras interligadas na busca de um sentido completo, no qual os usos literais dos verbos também são pertinentes para uma comunicação clara e efetiva. O uso literal de um verbo proporciona uma representação precisa da mensagem comunicada, permitindo a sua percepção de forma concreta e sem ambiguidades. Em outras palavras, o significado literal do verbo ou de qualquer outra palavra “é o conceito que não é entendido por relação a um outro conceito de palavra” (McCleary & Viotti, 2009, p. 31). Ora vejamos:

(9) Após o assalto, o ladrão pôs-se a *correr*.

(10) Eu *comi* uma maçã.

Nas construções acima, é notável o uso literal do verbo *correr* em (9) que se refere à mobilidade física e rápida usando as pernas. Da mesma forma, o uso literal do verbo *comer* em (10) diz respeito à ação de ingerir alimentos.

No entanto, é importante observar que, em certos contextos de comunicação, os falantes podem usar verbos de maneira diferente e criativa, combinando-os com outros componentes frásicos para transmitir mensagens “emblemáticas” ou expressivas. Nesses casos, os verbos adquirem um sentido pragmático ou contextual, ultrapassando os limites impostos pela significação literal.

Nessa ótica, os usos pragmáticos dos verbos referem-se à forma como os verbos são utilizados em contextos específicos de interação verbal para alcançar determinados objetivos. Desse modo, a escolha de um verbo depende de múltiplos fatores, destacando-se as intenções comunicativas, o contexto em que o ato comunicativo está inserido e a interação social típica desse ato. Por exemplo, um determinado verbo pode ou não selecionar um complemento, dependendo do grau de informação que se deseja transmitir.

É por essa razão que Heine, Claudi e Hiinmeyer (1991) consideram a pragmática como sendo uma “Abordagem Baseada no Discurso”:

Segundo um posicionamento mais aprofundado da abordagem baseada no discurso, não é o significado literal associado a uma determinada forma gramatical que dá origem a funções discursivas específicas; ao contrário, os significados literais por si só adquirem funções mais gramaticais ou mais sintetizadas. (Heine et al, 1991, p. 239 – 240, tradução nossa).

Assim, a classe sintático-semântica do verbo não pode ser determinada apenas pela sua forma lexical, mas sim pela sua função no discurso. Evidentemente, a classe dos verbos não é fixa e exclusiva em um contexto, como podemos observar nos exemplos das frases (9) e (10), com os verbos *correr* e *comer*, protótipos de verbos de ação que adquirem novas propriedades em outros contextos comunicativos:

(11) Esta internet *corre* lentamente.

(12) Os governantes *comeram* dinheiro do povo.

Note-se que a acepção do verbo *correr* em (11) não é a mesma que em (9). Nesse caso, a relação estabelecida entre o verbo e o sujeito não implica mobilidade física (ação), mas sim a transmissão de um sinal (processo). Em (12), as características do verbo *comer* aproximam-se dos protótipos de ação-processo, uma vez que envolve um ato dinâmico com representações semânticas como *esbanjar*, *gastar* ou até mesmo *saquear*.

Enfim, a diferença entre os usos literais e pragmáticos dos verbos reside fundamentalmente no emprego de formas verbais com significados explícitos e implícitos, respectivamente. Enquanto o verbo é utilizado literalmente para transmitir uma mensagem objetiva, pode também ser usado pragmaticamente para tornar a mensagem expressiva.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa é de natureza básica e envolve verdades e interesses universais que se inscrevem nas relações entre a estrutura da língua e a sua função de acordo com os intentos do falante.

Para o desenvolvimento desse estudo, optamos por uma pesquisa descritiva, na qual descrevemos as realizações linguísticas que constituíram o *corpus* numa perspectiva de estabelecer as possíveis relações entre os diversos usos do verbo *precisar* e as intenções comunicativas a eles subjacentes. Assim sendo, os estudos feitos permitiram o estabelecimento de relações entre as estruturas linguísticas sem, no entanto, seguir os ditames impostos pela Gramática Tradicional (GT), pois, tal como advoga o funcionalismo,

a linguagem só existe para satisfazer as necessidades humanas, razão pela qual a mensagem a ser transmitida não está na forma, mas sim no conteúdo.

Por não termos acesso a um *corpus* de usos do verbo *precisar* já constituído, a realização da pesquisa implicou a adoção de certas medidas sobre a natureza dos dados a serem coletados, materiais a usar e procedimentos da sua análise. Assim, para a constituição do *corpus*, procedemos, em primeiro lugar, a um estudo documental que visava extrair segmentos frásicos com a ocorrência do verbo *precisar* a partir de manuais do aluno de Língua Portuguesa das 7ª e 8ª classes, do Sistema Nacional de Educação (SNE) moçambicano, editados sob a chancela da Plural Editores. Seguidamente, pelo facto de a coleta de informações em manuais ser pouco produtiva, avançamos com a recolha de informações por via de tarefas de produção oral provocada, que envolveu um total de 37 informantes, dos quais 6 professores e 21 estudantes das Escolas Secundárias de Muvamba e de Cumbana, ambas na província de Inhambane.

Após as tarefas de recolha de dados, o seu tratamento constituiu-se na seleção de informações que julgámos imprescindíveis por forma a evitar uma redundância excessiva, na sua organização e, por fim, na sua análise. Nesse âmbito, todos os dados eram de essência qualitativa e, de modo a garantir maior rigor, primeiro foram categorizados e, em seguida, tratados a partir da análise de conteúdo, um dos métodos mais fecundos em estudos de linguagem.

Do ponto de vista ético, a coleta de dados foi consentida pelos informantes que, em anonimato, produziram um número significativo de segmentos linguísticos que permitiram o seguimento desta pesquisa. Nesse âmbito, todos os informantes foram previamente informados sobre a natureza e os objetivos da pesquisa para se ter um consentimento por forma a assegurar a sua maior integridade ético-moral. Ademais, foram garantidos o anonimato e um alto grau de confidencialidade, assegurando que os nomes dos participantes não fossem mencionados em nenhum momento da pesquisa. Enfim, durante todo o processo, foi assegurado o respeito pela dignidade e valores das pessoas pesquisadas, evitando qualquer situação de desassossego e de desconforto de cada uma das pessoas que nos forneceram dados para a presente pesquisa.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

5.1 *PRECISAR* COM VALOR DE NECESSIDADE

Os diferentes usos do verbo *precisar* mais recorrentes quanto aos aspectos sintático-semânticos permitem, de uma certa forma, indicar os valores discursivos correlatos. Evidentemente, vários são os usos pragmáticos do verbo *precisar* decorrentes do contexto de ocorrência, sendo que, de forma bastante corriqueira e prototípica, estes

apontam para uma relação de necessidade entre o sujeito de enunciação e o complemento verbal. Veja-se:

- (13) Na verdade, eu *precisava* de ajuda.
- (14) *Preciso* de dinheiro para pagar autocarro.
- (15) Desta vez não, *preciso* de mais tempo para refletir.

Tal como se pode vernos fragmentos frásicos acima, o verbo *precisar* opera como marcador linguístico de necessidade para uma determinada situação. Nesses casos, o complemento indireto selecionado indica algo essencial para atender a uma determinada demanda, seja ajuda para um fim não especificado, em (13), seja dinheiro para pagar autocarro, em (14), seja tempo para refletir sobre um assunto, em (15). As proposições expressas nessas construções operam atos assertivos namedida em que relacionam o falante com o valor da verdade do conteúdo expresso. Além disso, a expressão modalizadora “na verdade” em (13) reforça o objetivo do locutor e cria um universo de referência.

Assim, são evidentes ocorrências que expressam situações de carência, exigência e dependência relativamente a um elemento que, geralmente, constitui-se como um complemento verbal, ou seja, o objeto da necessidade. Nesses moldes, *precisar* indica que o sujeito com traços de +beneficiário e +receptivo carece de algo consideravelmente essencial para a satisfação de uma necessidade ou superação de uma determinada circunstância. Para reforçar o pensamento anterior, observem-se também as sentenças abaixo:

- (16) Os médicos *precisam* de material cirúrgico.
- (17) Os professores *precisam* aperfeiçoar os métodos de ensino.

Nesse caso, o verbo em (16) estabelece uma relação entre um sujeito “os médicos” e um elemento cuja presença é considerada imprescindível, “material cirúrgico”; o mesmo acontece em (17), em que o sujeito da enunciação “os professores” carece de aperfeiçoamento em matérias ligadas aos métodos de ensino. Contudo, em sentenças dessa natureza, o valor de necessidade correspondente ao verbo *precisar* pode apresentar diferentes graus de intensidade, podendo ser um desejo, como na construção em (17), ou ainda uma reivindicação, como na construção frásica em (16).

Essa variabilidade de significação aponta para a diversidade dos domínios discursivos nos quais o verbo *precisar* pode ocorrer, desde a comunicação coloquial até aos estilos mais refletidos. Ademais, a estrutura sintática das frases mostra que o objeto da necessidade pode ser ou não regido pela preposição *de*. A leitura que se faz mostra que, para o primeiro caso, a regência pela preposição *de* indica que o objeto da

necessidade corresponde a uma obrigação “rígida” e sem alternativa para escolha, enquanto para o outro, a não regência por preposição revela que a necessidade expressa constitui uma obrigação facultativa que pode ou não ser atendida. Portanto, embora essas construções sejam semelhantes em termos do valor semântico do verbo *precisar*, a necessidade pode ser expressa por meio de um nome (*material*, em (16)) ou por meio de um processo verbal no infinitivo (*aperfeiçoar*, em (17)).

Do ponto de vista pragmático, a necessidade expressa através do verbo *precisar* pode assumir diferentes posições do falante relativamente à mensagem que se pretende transmitir. Vejamos a seguir:

(18) Os seus pais *precisam* ouvir que você está bem.

(19) Eu *preciso* de um tempo para reflexão.

Na construção em (18), o verbo *precisar* funciona como um simples indicador de uma necessidade factual, aliás, pautada somente em um fato, sem qualquer intenção persuasiva, enquanto em (19), à semelhança de proposição em (15), o verbo em estudo não se usa apenas para descrever uma situação em que se encontra o sujeito de enunciação que requeira uma necessidade de caráter abstrato, pois trata-se de uma construção de índole argumentativa que sugere, implicitamente, a conveniência ou urgência de uma tomada de decisão.

Em suma, a análise do verbo *precisar* com valor de necessidade mostra que este é realmente usado em determinados contextos comunicativos, mantendo a ideia central de existência de algo necessário para uma determinada circunstância quer sólida, quer abstrata. A sua ocorrência pode contribuir para a representação linguística de discursos de desejo ou intenção para a satisfação de uma determinada necessidade quer intrínseca, quer extrínseca.

5.2 PRECISAR COM VALOR PRESCRITIVO E/OU RECOMENDATIVO

Embora o verbo *precisar* seja frequentemente associado à ideia de necessidade, tal como afirmou-se anteriormente, em alguns contextos da sua ocorrência pode-se assumir um valor próximo ao de ordem ou imposição. Nesses casos, *precisar* é usado pelo locutor para indicar que uma determinada ação deve ser realizada. Observe-se:

(20) Os trabalhos escritos *precisam* ser entregues até próxima terça-feira.

(21) O senhor *precisa* parar de beber antes que me frustre.

(22) Os filhos *precisam* organizar as suas vidas antes que seja tarde demais.

O complemento verbal nessas sentenças não pode ser interpretado como uma carência, mas sim como uma exigência que requer um cumprimento. Porém, essa ideia de ordem é sempre reforçada por um adjunto adverbial que se junta ao complemento verbal para intensificar o sentido do verbo, para delimitar os parâmetros temporais, espaciais ou finais e para avançar com as consequências quer positivas quer negativas do (in)cumprimento da exigência ou da recomendação exposta.

Outrossim, o valor prescritivo, ainda que seja de forma menos direta, surge quando a ideia expressa pelo verbo pode ser entendida como uma instrução ou uma condição para um determinado fim, cujas circunstâncias são incontornáveis. Isto acontece, por exemplo, na frase em (20), na qual a entrega dos trabalhos escritos até a data marcada apresenta-se não como uma escolha pessoal, mas como uma obrigação decorrente das responsabilidades acadêmicas, cujo não cumprimento da exigência colocada pode desencadear reprovações ou outras consequências correlatas. Portanto, ao invés de se recorrer a formas imperativas mais explícitas como “*Entreguem os trabalhos escritos até próxima terça-feira*” ou “*Pare de beber antes que me fruste*”, o enunciador usa o verbo *precisar* para suavizar a ordem ou imposição, principalmente em contextos de comunicação que envolvem relações hierárquicas.

Já sobre a sentença em (22), é notável o emprego de *precisar* para sugerir uma ação considerada conveniente ou adequada para o sujeito, sem qualquer tom de obrigação ou de ordem. Aliás, a ocorrência do verbo *precisar* nessa construção serve para indicar a melhor opção diante de uma determinada situação, baseada numa avaliação das necessidades que se notarão futuramente. Nesse caso, o verbo *precisar* é equivalente a expressões como *é melhor*, *convém*, *é importante*, *é aconselhável*, entre outras. Ora, o foco desloca-se da necessidade e da obrigação para a conveniência da ação recomendada pelo sujeito falante.

Porém, em alguns contextos, o valor de *precisar* pode ser influenciado pela estrutura interna da construção, tal como se pode ver:

(23) Não havia ideia, mas eu *precisava* chegar a escola antes do intervalo.

(24) Por mais tarde que seja, o chefe *precisa* entregar a ata da reunião da turma.

Essas estruturas sintáticas, também notáveis no Português Moçambicano (PM) são idênticas às do Português Brasileiro (PB), em que *precisar* ocorre como um verbo transitivo direto. Nesses casos, o uso pragmático desse verbo se aproxima das propriedades do verbo *dever*, impondo um facto não facultativo, *i.e.*, sem possibilidade de escolha. Essas frases desvendam uma dimensão diretiva do conteúdo proposicional. Porém, enquanto em (23) descortina-se o ato diretivo de recomendação ou conselho feito pelo falante para si próprio, em (24) é evidente o ato diretivo de ordem. Olhando para as

duas frases, podemos concluir que a relação entre todos os elementos frásicos é imprescindível para a identificação do tipo de ato ilocutório patente. Ora, a expressão “não havia ideia”, em (23), mostra o quanto o locutor teve possibilidades limitadas de escolha do que se podia fazer e a expressão linguística “por mais tarde que seja” revela o cumprimento e a inalterabilidade da ação sugerida pelo verbo *precisar*.

À semelhança das frases que expressam uma necessidade factual descritas nos tópicos anteriores, a sintaxe das construções em que *precisar* opera como um marcador recomendativo manifesta-se por uma estrutura na qual o termo subsequente é um outro verbo no infinitivo, introduzindo e delimitando ações consideradas convenientes. Desse modo, expressões como “*precisar estudar*”, “*precisar investir*”, “*precisar agir*”, entres outras, podem compor sentenças frásicas cujo sentido resulta menos da sua estrutura gramatical e mais da intenção comunicativa. Veja-se:

- (25) Os alunos *precisam* estudar mais.
 - a. Os alunos convêm estudar mais.
 - b. Os alunos devem estudar mais.
- (26) Para um ensino de qualidade, o governo *precisa* investir mais na formação docente.
 - a. Para um ensino de qualidade, é aconselhável o governo investir mais na formação docente.
 - b. Para um ensino de qualidade, o governo necessita investir mais na formação docente.

Olhando para as sentenças em (25)a. e em (25)b. supostamente correspondentes à construção em (25), é fácil notar como estas traduzem intenções comunicativas diferentes, por mais que sejam equivalentes à mesma proposição matriz. Assim sendo, enquanto em (25)a. traduz-se a ideia de conveniência ou recomendação, em (25)b., é transparente, de forma explícita, a ideia de necessidade e/ou de obrigação. O mesmo acontece com a construção em (26) e suas proposições equivalentes em que (26)a. sugere um conselho para se garantir um ensino de qualidade e (26)b. uma necessidade factual.

Nesse modelo de interpretação, é importante sublinhar que, para além da intenção comunicativa, o valor de recomendação depende fortemente do contexto de comunicação. Como vimos em (25) e em (26), uma mesma construção pode assumir diferentes interpretações consoante a relação entre os interlocutores. Ademais, numa construção como “*Você precisa descansar um pouco*”, o sentido de recomendação ou conselho vem à tona quando o sujeito recomendador é uma entidade próxima, como amigo ou familiar ou ainda como um médico preocupado com o bem-estar de um paciente.

Em suma, quando assume o valor prescritivo ou valor recomendativo, o verbo *precisar* contribui para a formulação de exigências e orientações, podendo ainda manter a noção básica de necessidade. Aliás, o verbo desempenha importante função pragmática, permitindo ao sujeito enunciador expressar a sua ideia de forma bastante suavizada e sutil do que uma ordem ou uma recomendação explícita.

5.3 *PRECISAR* COM VALOR DE PEDIDO OU SOLICITAÇÃO

Para além dos contextos analisados nos tópicos anteriores, o verbo *precisar* também assume o valor de pedido ou solicitação. Nesse caso, o verbo é empregado por um falante com intenção de manifestar uma carência, esperando por uma resposta imediata e favorável sob forma de ajuda ou concessão de algo. Observem-se algumas construções ilustrativas:

(27) O chefe Dito diz *precisar* de ajuda para trabalhar.

(28) *Preciso* de esferográfica assim que terminar.

Nas sentenças acima, *precisar* é um verbo de modalidade volitiva que não expressa desejo do falante, mas liga-se ao complemento indireto, formando uma expressão indicativa cuja intenção do falante reside num pedido ou solicitação, sem optar pela cortesia típica de expressões de pedidos.

Ora, o comportamento verbal na construção em (27) pode ser interpretado considerando a forte influência do verbo *dizer*. Nessa ótica, dada a força exercida por *dizer* sobre *precisar*, essa frase encerra um ato declarativo cujo conteúdo proposicional pode ser ou de ordem, ou aviso de pedido, ou de solicitação, dependendo das convicções e conhecimentos prévios do interlocutor. O mesmo ocorre em (28), em que o conteúdo proposicional pode ser interpretado como um ato diretivo de pedido de empréstimo, pois assim que o interlocutor terminar de usar a esferográfica, deverá ou devolvê-la ou entregá-la a outro usuário.

Assim, a relação comunicativa é tricotômica e estabelece-se entre o sujeito que solicita, o objeto ou algo que se solicita e o sujeito a quem se solicita. Dessa forma, o valor de pedido ou solicitação expressa-se a partir de uma necessidade objetiva, cuja satisfação depende da ação de uma outra pessoa, podendo o verbo *precisar* aproximar-se ao valor semântico de verbos como *pedir*, *solicitar*, *suplicar*, *implorar*, entre outros.

Do ponto de vista sintático, os complementos verbais de *precisar* em construções dessa natureza, que correspondem naturalmente a algo solicitado, são regidos pela preposição *de*, que reforça a ideia de dependência em relação ao elemento solicitado.

Assim, as estruturas frásicas em (27) e em (28) podem corresponder às seguintes formas diretas de pedido:

- (27) a. O chefe Dito diz pedir ajuda para trabalhar.
- (27) b. O chefe Dito diz solicitar ajuda para trabalhar.
- (28) a. Dá-me esferográfica assim que terminar.
- (28) b. Emprста-me esferográfica assim que terminar.

As construções em (27)a. e em (27)b. mostram que, na verdade, a frase matriz em (27) evidencia um pedido implícito, deixando ao alocutário a possibilidade de oferecer ajuda de forma voluntária. Porém, as sentenças em (28)a. e (28)b. concebem uma leitura um pouco diferente: por um lado, expõe uma ordem convencional ou combinada e, por outro lado, uma solicitação sem o uso de qualquer estratégia de cortesia linguística. Nesses moldes, podemos concluir que o valor de pedido ou solicitação depende, em grande medida, do contexto comunicativo e da relação social entre os interlocutores. Ora, observe-se:

- (29) *Preciso de falar consigo.*

Essa proposição pode ser encarada ou como um simples enunciado informativo que encerra um aviso resultante de uma vontade, ou como um pedido de atenção imediata. Nela, o sujeito de enunciação apresenta a sua inquietação cuja satisfação depende do pacto entre os interlocutores. Além disso, “falar consigo” traduz-se como uma ação recíproca numa relação de dependência entre os intervenientes.

Enfim, com um valor de pedido ou solicitação, o locutor aplica o verbo *precisar* expressando uma preocupação direcionada ao alocutário, esperando dele uma resposta colaborativa. A ocorrência desse verbo, nesse âmbito, evidencia não só a importância no ato comunicativo, mas também opera como uma expressão que revela uma dependência relativamente ao outro.

6 CONCLUSÃO

A análise semântico-pragmática do verbo *precisar* nos variados contextos da Língua Portuguesa permitiu desvendar os diversos valores discursivos dessa unidade lexical, confirmando a sua polifuncionalidade na linguagem falada. Embora *precisar* seja protótipo de necessidade, esse verbo pode, igualmente, usar-se em contextos em que o sujeito enunciador pretenda exprimir sentenças com valor de ordem, recomendação, pedido ou solicitação. Essa diversidade de valores discursivos revela que o sentido do

verbo *precisar* não é determinado exclusivamente pela sua disposição sintática, mas também pelo contexto de comunicação, pela intenção do falante e, em alguns casos, pela relação social entre os interlocutores.

Outrossim, verificou-se que a identificação dos objetivos do falante em construções envolvendo *precisar* pode ou não ser imediata, dependendo de outros elementos de natureza linguística e extralinguística: o tipo de frase, a ordem das palavras na frase, pessoa gramatical, etc. Assim, os valores discursivos do verbo analisado não são predefinidos, mas sim relacionais, pois resultam das combinações específicas entre unidades lexicais no enunciado.

Enfim, os diversos valores discursivos do verbo *precisar* contribuem para a acomodação linguística, devendo ao falante usá-lo adequadamente de acordo com a sua intenção comunicativa. Desse modo, a polifuncionalidade do verbo que constituiu objeto da nossa pesquisa reflete uma complexidade, situacionalidade e dinâmica dos usos da própria língua.

REFERÊNCIAS

DIK, Simon. C. **Functional Grammar**. Amsterdã: North-Holland, 1978.

FOLEY, William A. & VALIN, Robert D. V. **Functional Syntax and Universal Grammar**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

HALLIDAY, Michael. A. K. **An Introduction to Functional Grammar**. London: Edward Arnold, 1985.

HEINE, Bernd.; CLAUDI, Ulrike. & HIINNEMEYER, Friederike. **Grammaticalization: a conceptual framework**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

IGNÁCIO, Sebastião E. A Apresentação dos Verbos num Dicionário Gramatical de Usos. **Alfa**, São Paulo, 40, pp. 119 – 128, 1996.

LUFT, Celso Pedro. **Moderna Gramática Brasileira**. São Paulo: Globo, 2002.



MCCLEARY, Leland. & VIOTTI, Evani. **Semântica e Pragmática**. Florianópolis: CCE/ UFSC, 2009.

NEVES, Maria H. M. Uma Visão Geral da Gramática Funcional. **Alfa**, São Paulo, v. 38, 109-127, 1994.

ROCHA, Lúcia H. P. **O Sintático, o Semântico e o Pragmático na Abordagem Verbal: Análise de Verbos de Posse**. In: XVII Congreso Internacional Asociación de Lingüística Y Filología de América Latina. Paraíba, 2014.

SEARLE, John R. **Expression and Meaning**: studies in the theory of speech acts. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

THOMAS, Margaret. **Formalism and Functionalism in Linguistics**: the engineer and the collector. New York: Taylor & Francis, 2020.